

**HABEAS CORPUS Nº 570.583 - PA (2020/0079746-0)**

**RELATOR** : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
**IMPETRANTE** : SIDNEY PANTOJA ALMEIDA  
**ADVOGADO** : SIDNEY PANTOJA ALMEIDA - PA024803  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
**PACIENTE** : FELIPE SANTOS DOS ANJOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**DECISÃO**

**FELIPE SANTOS DOS ANJOS** alega sofrer coação ilegal diante de decisão proferida por Desembargador do **Tribunal de Justiça do Estado do Pará**, que indeferiu a liminar no HC n. 0802729-04.2020.8.14.0000.

Requer, liminarmente, a **expedição de alvará de soltura**, por considerar inidônea a motivação adotada para converter sua prisão em flagrante, pela suposta prática do crime descrito no art. 147 do Código Penal, no âmbito das relações domésticas, em custódia preventiva.

**Decido.**

De acordo com o explicitado na Constituição Federal (art. 105, I, "c"), não compete a este Superior Tribunal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão denegatória de liminar, por desembargador, antes de prévio pronunciamento do órgão colegiado de segundo grau.

Em verdade, o remédio heroico, em que pese sua altivez e grandeza como garantia constitucional de proteção da liberdade humana, não deve servir de instrumento para que se afastem as regras de competência e se submetam à apreciação das mais altas Cortes do país, em poucos dias, decisões de primeiro grau às quais se atribui suposta ilegalidade, **salvo se evidenciada, sem necessidade de exame mais vertical**, a apontada violação do direito de liberdade do paciente.

Somente em tal hipótese a jurisprudência, tanto do STJ quanto do STF, admite o excepcional afastamento do rigor da Súmula n. 691 do STF (aplicável ao STJ), expressa nos seguintes termos: "Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar."

**É o caso destes autos.**

Em análise perfunctória – inerente a esta fase processual –, noto que, ao converter o flagrante em prisão preventiva, o Juízo de primeiro grau ressaltou: "resta evidenciada a efetiva necessidade de manutenção do flagrante em cárcere, mediante a decretação de sua prisão cautelar, **uma vez que não aceita o término do relacionamento, ainda querendo, impor sua vontade em face da vítima, pelo que, no caso em análise, entendendo estarem preenchidos os requisitos do art. 312, do CPP**, no que se refere à garantia da ordem pública". Além disso, consignou ser "necessária a custódia, para resguardar a integridade física e psicológica da vítima, dado a gravidade dos fatos" (fl. 18, grifei).

O réu foi acusado da suposta prática do **crime de ameaça**, cuja pena cominada em abstrato **não se compatibiliza com o disposto no art. 313, I, do CPP**.

É certo, no entanto, que, nos termos do art. 313, III, do CPP, *in verbis*: "se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, **para garantir a execução das medidas protetivas de urgência**".

Entretanto, o Magistrado de primeiro grau em nenhum momento afirmou ter havido o descumprimento de qualquer obrigação imposta por força de outra medida cautelar eventualmente imposta (art. 282, § 4º, do CPP), pelo que, sob esse viés, também não vejo como invocar a hipótese prevista no § 1º do art. 312 do CPP para fins de justificar a imposição da custódia preventiva ao agente.

Em casos outros, quando se antevê a real possibilidade de reiteração das agressões, mediante comportamento ameaçador que coloca em risco a própria vida da vítima, tenho entendido, em juízo de proporcionalidade – e tendo sempre como referência o bem jurídico de maior estatura, a vida humana – que o dispositivo referido acima (art. 313, III, do CPP) não pode servir de óbice a uma prisão preventiva, único meio cautelar, em tais hipóteses, para dar efetiva proteção à vítima contra atos futuros do agressor.

Na hipótese, a leitura do auto flagrancial, em especial o depoimento da própria vítima, sinaliza para uma situação episódica, decorrente do estado etílico do agressor, não havendo relato de comportamento agressivo anterior ou mesmo de ameaças reais de causar-lhe

mal futuro.

Diante dessas considerações, entendo, ao menos em princípio, que, muito embora esteja evidenciado o *periculum libertatis*, **a prisão preventiva do paciente não é a providência adequada.**

À vista do exposto, **defiro a liminar**, para substituir a prisão preventiva do paciente, se por outro motivo não estiver preso, com fulcro no artigo 319 do CPP, por:

**a) comparecimento periódico** em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades;

**b) proibição de acesso à residência da vítima e à dos seus familiares, bem como ao seu local de trabalho;**

**c) proibição de aproximar-se da vítima e das testemunhas do fato.**

Fica, ainda, ressalvada a possibilidade de aplicação de outras medidas que o prudente arbítrio do juiz natural da causa indicar cabíveis e adequadas.

Comunique-se, **com urgência**, o inteiro teor desta decisão ao Tribunal estadual e ao Juízo de primeiro grau, solicitando-se-lhes informações pormenorizadas, cujas respostas devem ser encaminhadas **via malote digital**.

Deverá, ainda, o Juízo de origem comunicar a vítima acerca da soltura do paciente, nos termos do art. 201, § 2º, do CPP.

A seguir, encaminhem-se ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**